

24/05
Domício Proença Jr.
Eugenio Diniz
Salvador G. Raza

GUIA DE ESTUDOS DE ESTRATÉGIA

Paulo W.
P. Mag. 5/2002

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

Sobre História Militar

Há pelo menos três pontos que merecem ser considerados por qualquer candidato a estudioso de estratégia no que se refere à História Militar.

O primeiro é a consciência do poder mítico de versões de fatos históricos, isto é, os resultados da reconstrução deliberada — ainda que mesmo inconsciente — dos eventos, de forma a produzir um efeito motivacional ou identitário nos leitores: estórias da História em que todos foram bravos, os planos foram seguidos à risca, a intenção dos comandantes se desdobrou como desejado, ninguém experimentou o medo e todos os que tomaram o fizeram bravamente levando alguns inimigos consigo. É um mundo onde nenhum subordinado jamais gritou com seu superior, e onde nenhum comandante jamais foi incompetente, por assim dizer.

Pode-se dizer que tais narrativas mitológicas se justificam pela necessidade de criação de um espírito de corpo. Podem servir ainda, embora mais limitadamente, para prover elementos motivacionais, de modo a que as novas gerações tenham no passado fontes de inspiração que lhes permitam fazer frente ao terror, medo e desgaste característicos da guerra. Incidentalmente, muitas vezes as narrativas mitológicas são o primeiro contato das novas gerações com o conhecimento histórico da guerra.

O risco é que as narrativas mitológicas se tornem a versão oficial dos fatos, despreparando, na prática, para a realidade caótica, aterrorizante e letal da guerra, abalando a auto-estima dos combatentes ao torná-los ressentidos com sua própria humanidade. Nesse sentido, a narrativa mitológica faz mais mal do que bem. A literatura britânica do século XIX inculcou a idéia de que todos os combatentes eram bravos, nobres, desprendidos, audazes e seus atos eram invariavelmente frutos de decisão deliberada e racional, ampliando o choque da realidade da guerra para toda uma geração, despreparada, por essas narrativas, para o medo, a perfídia, o egoísmo e até mesmo a covardia e falta de propósito com que tiveram de conviver nas trincheiras da I Guerra Mundial.

Como contraste, a literatura norte-americana sobre o Vietnã tem o valor da candura, quando os relatos de batalha admitem e descrevem graficamente o temor com que combatentes enfrentaram a batalha e as formas pelas quais lidaram com a sua própria fraqueza e a de seus camaradas: o elemento que os impelia era a solidariedade para com os companheiros.

Um problema decorrente do poder de narrativas mitológicas que se apresentam como História Militar, de máxima importância para um estudioso, é o da inércia e repetição acrítica dos mitos. Isso ocorre quando historiadores que não conhecem as especificidades dos assuntos militares tomam a fábula pela realidade, deslocando-a de sua função original e edificando-a em História. Nesse sentido, acabam por induzir uma falsa realidade sobre a qual se farão as reflexões acerca dos eventos passados que fundarão as doutrinas e condutas militares futuras.

Desde que Hans Delbrück⁵ — o fundador da historiografia militar científica — escreveu a *História da arte da guerra* com o conhecimento das práticas militares do início do século XX, todo estudioso das guerras tem por obrigação e dever de ofício buscar vencer o peso do mito com o apoio do conhecimento das realidades da guerra.

Durante quase cem anos, o entendimento dos desempenhos dos generais Grant e Sherman na Guerra Civil americana esteve preso à percepção impressionista, nascida dos jornais da época, de que suas ações eram desconectadas entre si e que, onde Grant era um carneiro que sacrificava suas tropas inutilmente no sítio da capital confederada, Sherman era um gênio, que obtinha vitórias apenas pela manobra. Liddell Hart legitimou essa percepção, dando-lhe uma conotação histórica e teórica, ao identificar Grant com o que denominava de “estratégia direta” e Sherman com a “estratégia indireta” — que Liddell Hart julgava ser a forma correta de conduzir a guerra.

Atualmente, sabe-se que Grant e Sherman eram parte de uma mesma estratégia — concebida e conduzida por Grant — em que a ação de fixação das tropas confederadas por Grant tinha por objetivo viabilizar as manobras de Sherman na retaguarda inimiga. Isto expõe a falácia de que um estivesse em desacordo com o outro e desautoriza que se leiam suas ações como independentes uma da outra. A percepção de tal erro acaba por fazer com que se questione a existência mesma de estratégias direta e indireta.

Note-se o caráter perverso de uma narrativa mitológica: Liddell Hart não era absolutamente um desconhecedor das especificidades

5. DELBRÜCK, Hans. *History of the Art of War*. (4 vols.). Lincoln (Nebraska), Lincoln University Press, 1975 (vol. I), 1980 (vol. II), 1982 (vol. III), 1985 (vol. IV); ver também CRAIG, Gordon A. “Delbrück: the military historian” in PARET, Peter (org.). *Makers of Modern Strategy*. Princeton, Princeton University Press, 1986, p. 326-53.

militares; ainda assim, sacrificou-as em nome da continuidade de um mito, para sustentar sua argumentação e para não discordar do que já era, em sua época, uma tradição de interpretação daqueles fatos históricos.

Do mesmo modo, algumas narrativas mitológicas da I Guerra Mundial consideram inútil o sacrifício das vidas em ofensivas cujo resultado foi píffio; outras afirmam o caráter subalterno das populações ante o imperativo bélico da “Guerra Total”. Pode-se tomar a leitura de Liddell Hart, pela qual um oficialato estúpido, insensível e desumano, resistente a alternativas estratégicas e táticas diferentes das com que havia se habituado, recusou-se a abrir mão do poder de conduzir monopolisticamente a guerra, não hesitando em sacrificar inutilmente milhões de homens em uma busca vã por uma vitória impossível. Deste ponto de vista, qualquer ofensiva — em particular, as ofensivas dos Aliados, para cujo público Liddell Hart está escrevendo — era um desperdício deliberado de vidas, sem qualquer outro propósito que não o da manutenção do prestígio e poder dos altos comandos. Assim, Liddell Hart se concentra nos efeitos sobre as tropas aliadas das ofensivas fracassadas e reconstrói a História da busca de alternativas táticas como sendo um percurso de dissidentes constantemente obstruído por um alto comando fundamentalmente incompetente e mal intencionado.

Ludendorff⁶, por seu lado, nega qualquer espaço para a crítica aos atos dos altos comandos, afirmando a prioridade da preparação para a guerra na vida política de qualquer sociedade. O Estado deveria não apenas ponderar a evolução das atividades sociais com suas consequências e potenciais bélicos, como também buscar assegurar a mobilização completa de todos os recursos nacionais para fins bélicos. Até mesmo uma religião que ensinasse a obediência completa às necessidades da guerra e que glorificasse o auto-sacrifício passava pela consideração de Ludendorff, que via na ética japonesa do *bushido* um exemplo a ser seguido. Assim, no momento da guerra, o alto comando militar assumia integralmente a gestão de todos os recursos nacionais, condicionando quaisquer iniciativas políticas ao sucesso na guerra e impedindo quaisquer propostas de paz que produzissem uma situação que reduzisse a capacidade de travar outras guerras. Desse ponto de vista, para Luden-

dorff, o fracasso das batalhas — e, no limite, a perda da I Guerra Mundial pela Alemanha — resultava de uma fraqueza na mobilização moral de soldados (que não se empenhavam ao máximo), da sociedade (que, no ideário da década de 1920, teria “apunhalado pelas costas” o exército alemão) e dos políticos (que diante do cessar-fogo de 1918 teriam aceitado termos desvantajosos de paz). Desta forma, a crítica à I Guerra Mundial era que a mobilização fora incompleta e o comando militar insuficientemente abrangente.

Contra-pondo-se a estas narrativas mitológicas, uma análise da situação com que os altos comandos se confrontaram a partir de 1915 revela que a única frente em que os Aliados — e em menor medida os Alemães — podiam concentrar e sustentar forças em larga escala era a frente ocidental, não havendo espaço para estratégias de ação indireta, tais como preconizadas por Liddell Hart. A ferrovia impunha uma ditadura logística que fazia da França o único ponto em que as forças podiam ser utilizadas.

O impasse tático da I Guerra Mundial e o conseqüente sacrifício das tropas em batalhas de desgaste admite duas leituras marcadamente diversas. Do ponto de vista dos Aliados, a ocupação de parte do território francês pelas tropas alemãs estabelecia a meta imperativa da reconquista deste território. Do ponto de vista das potências centrais, o fracasso do PLANO SCHLIEFFEN em 1914 levantava um dilema estratégico: o adversário mais forte, na frente ocidental, não podia ser facilmente derrotado, apesar de se encontrar na frente onde se podia concentrar mais força; o adversário mais fraco, na frente oriental, era mais fácil de ser vencido, mas impunha a necessidade de retirar forças da frente ocidental, decisão que poria, portanto, o risco de derrota nas duas frentes.

A alternativa de “ação indireta” preconizada por Liddell Hart também não era factível: no momento em que forças aliadas fossem deslocadas para uma ação de maior envergadura contra a Turquia, a partir do Oriente Médio, abria-se a possibilidade de que a Alemanha simplesmente ocupasse a França, ganhando a guerra na frente ocidental, permitindo-lhe concentrar forças contra a Rússia; ou, alternativamente, a frente principal passaria a ser a Turquia, caso as potências centrais resolvessem, ao invés de atacar a França, defender suas posições, neutralizando, assim, o caráter “indireto” preconizado por Liddell Hart e transferindo o impasse das trincheiras para a nova frente principal. Note-se que a dinâmica logística — a vantagem da malha ferroviária na França — fazia com que esta alternativa colocasse os Aliados

6. SPEIER, Hans. “Ludendorff: the German concept of total war” in EARLE, Edward Meade (org.) *Makers of Modern Strategy*. Princeton. Princeton University Press, 1971 [reimp. da ed. 1943], p.306-21.

O PLANO SCHLIEFFEN

A partir do momento em que os alemães se viram diante da possibilidade de uma guerra em duas frentes contra França e Rússia, ao final do século XIX, o planejamento de suas alternativas para esta eventualidade teve que considerar as maneiras pelas quais se poderia dar conta desse desafio. Ponderando as diferenças na velocidade da mobilização e da extensão dos territórios francês e russo, os alemães se inclinaram à busca de uma vitória rápida e decisiva contra a França para, em seguida, redirecionar suas forças, concentrando-as contra os russos.

O plano alemão visava a dar conta de uma guerra em duas frentes a que a Alemanha estaria sujeita pela sua posição geográfica. O então chefe do Estado-Maior Geral alemão, Schlieffen, optou por tentar vencer rapidamente a França para, em seguida, voltar-se contra a Rússia. Uma vitória rápida contra a França parecia impossível ao longo da pequena fronteira franco-alemã. Assim, Schlieffen decidiu-se por um ataque diversionário na fronteira franco-alemã, enquanto concentrava o grosso de suas forças mais ao norte, para atacar a França através da Bélgica e da Holanda, violando suas neutralidades. Com isto, pretendia contornar os exércitos franceses, conduzindo suas forças num grande arco que envolveria Paris, a fim de tomá-la num ataque devastador pelas costas do exército francês. Obtida a vitória contra a França, Schlieffen rapidamente deslocaria forças para enfrentar os russos na frente oriental.

Durante muito tempo o Plano Schlieffen foi considerado uma obra-prima de estratégia, que teria sido, segundo a versão dominante, desvirtuado pela fraqueza de Helmut von Moltke, chefe do Estado-Maior alemão quando do início da I Guerra Mundial e sobrinho do grande general da guerra de 1870-1871. Daí, portanto, segundo esses autores, viria seu fracasso. Martin van Creveld mostrou que não era bem assim⁷. O tempo previsto por Schlieffen para execução do plano era quarenta e dois dias, o que implicava marchas extremamente forçadas, além do problema logístico de transporte e suprimento da força. Como todos os oponentes na I Guerra acreditavam que ela teria curta duração, o principal ponto considerado no abastecimento das tropas era alimento para os soldados e, principalmente, forragem para os cavalos. O problema da

munição era considerado desprezível. Segundo Creveld, tudo indica que o suprimento em geral era portanto desconsiderado por Schlieffen, que consideraria, contra a tendência da época, que as tropas poderiam se abastecer a partir do que encontrassem no seu avanço. Não obstante, o plano não incluía uma avaliação realista do que poderiam encontrar, ou mesmo o estabelecimento de uma época adequada para as hostilidades. Além disso, a Alemanha simplesmente não dispunha do número de divisões que o Plano Schlieffen previa.

Em 1906, Schlieffen se aposenta e é substituído por Helmut von Moltke, o jovem. Apenas um mês depois da sua posse, é realizado o primeiro estudo sério dos requisitos logísticos do Plano Schlieffen, que conclui pela sua inviabilidade, tal como formulado. Não haveria tempo para a organização de um esquema para suprir as tropas a partir da Bélgica e da França, o que implicaria que tudo dependeria das ferrovias; ora, a Alemanha teria então um sério problema se estas fossem, como se calculava, destruídas. Os cavalos simplesmente não conseguiriam, por sua vez, acompanhar a velocidade do deslocamento das tropas. A principal alternativa era a motorização, que o Estado-Maior, corretamente, julgou fora do horizonte por um longo período de tempo. A forma final do Plano Schlieffen dependia de uma obediência perfeita ao cronograma de mobilização e ataque, para o qual se alocavam, como já referido, quarenta e dois dias.

A conclusão de Creveld é que, na verdade, o surpreendente não é que Moltke tenha alterado tanto o plano; é simplesmente que ele ainda tenha mantido as suas linhas gerais.

As principais modificações introduzidas por Moltke foram as seguintes: em primeiro lugar, decidiu não violar a neutralidade holandesa, o que diminuía consideravelmente as tropas inimigas, mas reduzia o espaço para movimentação das tropas alemãs, tornando-as mais vulneráveis a um ataque pelo flanco; em segundo lugar, reduziu dos dezesseis originais para doze o número de corpos de exército a serem empregados na operação. Por essa modificação, Moltke foi muito criticado, pois teria anulado o suposto caráter genial do Plano Schlieffen. Cabe aqui, portanto, transcrever a avaliação de Creveld:

"Entretanto, a modificação era mais aparente que real. Primeiramente, a decisão de respeitar a neutralidade da Holanda tornou desnecessário alocar quaisquer tropas para conter os holandeses, cujo exército, soman-

7. VAN CREVELD, Martin. *Supplying War: Logistics from Wallenstein to Patton*. Cambridge. Cambridge University Press. 1977, p. 113-22.

do aproximadamente 90.000 homens, era tido em alta conta pelos alemães — mais, até, do que o belga — e teria exigido pelo menos dois corpos. Em segundo lugar, Schlieffen pretendia empregar não menos que cinco corpos para investir contra Antuérpia, o que seu sucessor conseguiu com apenas dois. Embora seja, de qualquer forma, verdadeiro que a ala direita de Moltke não era tão forte quanto Schlieffen planejara, essa perda foi mais que compensada pela economia advinda de suas modificações no plano.⁸

A amplitude e a ambição do plano original seduziram muitos analistas, tão cegos quanto Schlieffen à sua inviabilidade logística e às suas consequências políticas. Estes analistas foram encontrar em decisões pontuais razões para o insucesso desta grande ofensiva e, portanto, para o próprio desenrolar da I Guerra Mundial. O fascínio que o Plano Schlieffen, na sua versão original, gerou talvez resulte de sua glorificação da ação ousada e ofensiva, com grandes manobras, desconsiderando os problemas concretos envolvidos na sua execução.

diante de uma situação em que buscariam enfrentar um exército abastecido por ferrovias diretamente ligadas aos seus centros de suprimentos e reforços com um exército que dependeria de abastecimento pelo mar, restrito pela disponibilidade de portos e estradas em território inimigo; ainda que estas restrições viessem a ser vencidas, restaria o gargalo do transporte terrestre por via de cavalos ou mulas, contra um inimigo abastecido por ferrovias. Do ponto de vista aliado, a solução de Liddell Hart implicava uma situação logística infinitamente mais desvantajosa do que a da luta na França, além de permitir às potências centrais a escolha de onde concentrariam suas forças: se na França, se na Rússia, se na Turquia. Desta forma, as sucessivas ofensivas dos Aliados na frente ocidental ganham uma lógica que não foi percebida por Liddell Hart. A alternativa a não atacar era aceitar a posse alemã do território francês ocupado e a viabilização do deslocamento de forças alemãs para o ataque contra a Rússia, estabilizando a frente ocidental e permitindo aos alemães concentrar sobre esta, posteriormente, o conjunto de suas forças.

8. Van Creveld, *Supplying War*, p.121.

O fato simples era que se instaurara uma vantagem quase que absoluta da defesa, incompatível com a suposição das vantagens intrínsecas da ofensiva, então predominante. As raízes desta vantagem da defesa eram três. Primeiro, a combinação de artilharia de tiro rápido, metralhadoras e infantaria em trincheiras detinha as vantagens das armas combinadas e do C³IC⁹ do telefone e do telégrafo contra uma infantaria que avançava quase que sozinha contra suas posições, restrita em seu contato com a retaguarda a mensageiros e ao alcance dos sentidos humanos. A densidade de tropas impossibilitava o flanqueamento das posições inimigas: restava o assalto frontal. Segundo, a defesa podia utilizar-se de estradas e ferrovias para abastecer e reforçar qualquer ponto da linha sob ataque, de maneira mais eficiente, eficaz e controlada que qualquer atacante que tivesse que cruzar a devastada terra-de-ninguém. Terceiro, sem meios de comunicação ou vínculos de reabastecimento desde a retaguarda, mesmo os eventuais ataques bem-sucedidos não tinham como comunicar o seu êxito, solicitar ou obter reforços e, assim, permitir a exploração de suas vitórias locais. A incipiente aviação militar reportava quaisquer movimentos em larga escala (impedindo uma concentração de surpresa) e eventualmente passou a guiar o fogo contra qualquer concentração de maior porte ao alcance dos canhões. Tudo isto dava tempo para que se armassem mais e mais exércitos, tornando a vitória ainda mais distante. E, acima de tudo, os altos comandos não souberam dar solução ao impasse conceitual que esta situação produziu. Ao desencadear suas ofensivas, viviam um processo de aprendizado numa guerra para a qual não haviam se preparado e cujas realidades não se encaixavam em seus esquemas mentais. Assim, as formaturas compactas de parada, tradições marciais da era napoleônica, foram mantidas como formações de ataque, produzindo um número estorrecedor de baixas contra o poder

9. Por C³IC (Comando, Controle, Comunicação, Inteligência e Computação) entende-se a estrutura e os procedimentos pelos quais informação e decisão fluem na organização militar. Comando e Controle dizem respeito às possibilidades de dar ordens e saber do estado e localização de subordinados; Comunicação diz respeito à forma pela qual se estabelecem as comunicações entre as diversas partes de uma força; Inteligência diz respeito ao levantamento e avaliação das possibilidades, localização, estado e intenções das forças inimigas e o ocultamento destas mesmas variáveis aos olhos inimigos; Computação, finalmente, diz respeito a sistemas e procedimentos — desde o Estado-Maior até os modernos sistemas *expert* de processamento digital de dados — que viabilizam a operação do C³IC em tempo hábil para produzir vitória.

de fogo do inimigo. Com seus postos de comando distantes da frente e alienados da realidade tática mais imediata, os altos comandos se aferraram a seus hábitos mentais, persistindo no uso de formações e técnicas de combate obsoletas, mesmo diante de resultados desastrosos. É importante destacar que muitos oficiais percebiam o problema e que, de fato, existia uma enorme dificuldade no acesso das críticas e sugestões aos mais altos escalões decisórios. Diversas alternativas relativamente simples foram proibidas e mesmo reprimidas em nome de concepções e planejamentos que priorizavam a continuidade de esquemas mentais falhos e que só foram muito lentamente questionados; o ataque noturno, por exemplo, só foi tentado pelas tropas britânicas em 1918, vencendo a suspeita que os altos comandos tinham de que, em ataques noturnos, as tropas se esconderiam ao invés de atacar.

Um segundo ponto que deve ser considerado diz respeito à utilidade da História Militar que não é uma narrativa mitológica; da História Militar científica, que compõe o acervo de nosso saber sobre as guerras do passado e dá base às nossas preparações do presente, instruindo ainda a nossa reflexão sobre o futuro.

Há dois aspectos que devem ser vistos aqui. O primeiro trata da história enquanto educação pessoal, ou seja, a construção de um conhecimento do que sejam a sociedade e a vida humana; o segundo destaca o fato de que as guerras, não importa em que época, têm mais em comum entre si do que com qualquer outra atividade humana. Nesse sentido, o estudo da História Militar pode oferecer um universo de conhecimentos que permitirão analisar e conduzir melhor as guerras e as operações militares do presente e do futuro.

O primeiro aspecto relembra que a administração militar ocupa de tal forma o tempo e a vida do oficial, e a rotina acadêmica a do estudioso, que o preparo e o estudo da guerra, centro nominal das preocupações, pode ser deixado de lado; isto faz com que o estudo da História Militar seja uma maneira de manter-se um foco pessoal sobre o centro das preocupações e seja o espaço para se exercitarem os raciocínios que a guerra exige. O segundo aspecto questiona o entendimento falsamente pragmático, na consideração e no desenho de alternativas militares no presente, que reifica o atual e nega o valor do passado, perdendo de vista que o fato de que o combater é o elemento central da guerra não se modificou ao longo da história.

O primeiro aspecto faz com que a educação militar e a educação para os Estudos Estratégicos tenham por base um conhecimento da História Militar que ultrapasse a tradição e as narrativas mitológicas,

identificando-as pelo que são. O segundo aspecto liberta esta reflexão de um encaixe temporal que privilegia o passado recente e o presente, convidando tanto ao estudo do acervo da guerra humana quanto ao partilhar das especulações sobre o seu futuro.

Num sentido mais amplo, um e outro aspecto iluminam a necessidade e o rigor que qualquer estudioso deve ter ao se voltar para a História Militar e convidam a participar das considerações sobre as formas adequadas de fazê-lo.

O ESPECTRO DOS CONFLITOS

Uma ambição recorrente no campo dos Estudos Estratégicos tem sido a idéia de que seria possível, pelo estudo de todo o acervo da História Militar e das possibilidades do recurso à força, compor um "espectro do conflito", por analogia ao espectro cromático. Esta seria uma gradação de formas de emprego da força, que vão desde formas não-violentas de conflito, como protestos e demonstrações de força, ao longo de um contínuo de atividades crescentemente violentas, cujo ápice é o disparo total (e descontrolado) dos arsenais nucleares: o espasmo nuclear.

Em sua versão mais conhecida, o espectro dos conflitos distinguiria basicamente cinco divisórias, que assinalam mudanças qualitativas com relação à força: a dos conflitos observáveis (que marca o início do espectro), a do emprego da violência, a das hostilidades abertas, a do emprego de armas atômicas e a do disparo total dos arsenais nucleares. Cada um dos "campos de conflito" entre estas divisórias se encontraria repartido em maior detalhe. Diversas tipologias agregadas de ações de enfrentamento deixariam de lado uma ou mais destas divisórias, visando a caracterizar os "tipos de enfrentamento" — guerra interna, guerra de guerrilhas, guerra convencional limitada, guerra generalizada etc. — adequados.

A noção de espectro de conflitos concebe um contínuo de ações violentas hierarquizadas, desde a oposição verbal de vontades até o holocausto nuclear. É muito utilizado em escolas de estudos militares e como referência de reflexão, marcando passos numa escalada de ação e reação que raramente admite um retrocesso. É uma ferramenta enganosa.

Embora *pareça ser* uma taxonomia do conflito, é apenas uma categorização de formas de ação conflitivas para propósitos principalmente administrativos: identificar e designar organizações responsáveis. Os Es-